

## O TRIPÉ: TRABALHO, CAPITAL E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA

THE TRIPLE: WORK, CAPITAL AND EDUCATION IN THE CONTEXT OF EDUCATIONAL POLICIES FOR PHYSICAL EDUCATION

EL TRÍPODE: TRABAJO, CAPITAL Y EDUCACIÓN EN EL CONTEXTO DE LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS

**JANAÍNE WELTER**

janainewelter@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria

**João Francisco Magno Ribas**

ribasjfm@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Maria

**Maristela da Silva Souza**

maristeladasilvasouza@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Maria

### RESUMO

O objetivo deste estudo procura entender as relações do capital, trabalho e educação no contexto das políticas educacionais para a Educação Física. Este ensaio tem a finalidade de contribuir com as discussões na área, uma vez que existem posicionamentos contraditórios, e, por conseguinte, concepções diferentes de sociedade e formação humana. Na Educação Física as políticas neoliberais também estão presentes e influenciam diretamente a formação inicial – dualidade entre Licenciatura e Bacharelado, na precarização do trabalho formal e informal.

**Palavras-Chave:** Trabalho. Capital. Educação. Educação Física.

### ABSTRACT

: The objective of this study is to understand the relations of capital, labor and education in the context of educational policies for Physical Education. This essay has the purpose of contributing to the discussions in the area, since there are contradictory positions, and, therefore, different conceptions of society and human formation. In Physical Education, neoliberal policies are also present and directly influence the initial formation - duality between Baccalaureate and Baccalaureate, in the precariousness of formal and informal work.

**Keywords:** Work. Capital. Education. Physical Education.

### RESUMEN

Este estudio busca comprender las relaciones de capital, el trabajo y la educación en el contexto de las políticas educativas de la educación física. Este ensayo tiene por objeto contribuir a los debates en la zona, porque hay posiciones en conflicto, y por lo tanto, diferentes conceptos de la sociedad y la formación humana. Las políticas neoliberales de educación física también están presentes e influyen directamente en la formación inicial - dualidad entre profesorado y bacharel, la precarización del trabajo formal e informal.

**Palabras Clave:** Trabajo. Capital. Educación. Educación Física.

## Introdução

A sociedade, na atualidade, é caracterizada por constantes transformações periódicas, complexas e contraditórias, principalmente no que tange o mundo do trabalho. Neste cenário, pode-se identificar três elementos interligados: o capital, o trabalho e a educação.

Neste cenário político, o governo atual vem apresentando propostas que causam profundas implicações para a educação, com a aprovação de políticas educacionais, tem-se como exemplos: a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241/55) que congela os gastos e investimentos em saúde e educação; a proposta de reformulação do ensino médio (Medida Provisória – MP 746/16); reformulação da previdência social (PEC 287), a proposta de Minuta de Projeto de Resolução (2015) que institui novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Educação Física, dentre outras.

A definição de proposições para a sociedade, não acontece de forma neutra, encontram-se imbricadas nas relações socioeconômicas, as quais representam um projeto de formação humana. Assim, é necessário compreender que as políticas educacionais, estabelecem mediações com a sociedade, educação e Educação Física. O objetivo deste estudo procura entender as relações do capital, trabalho e educação no contexto das políticas educacionais para a Educação Física. Este ensaio tem a finalidade de contribuir com as discussões na área, uma vez que existem posicionamentos contraditórios, e, por conseguinte, concepções diferentes de sociedade e formação humana.

Nozaki (1999) relata que a categoria trabalho é determinante para entender a situação da Educação Física em seu contexto social, atendendo as demandas da proposta capitalista. Sendo assim, faz-se necessário apontar características que o trabalho assume na sociedade, estabelecendo essas relações com a Educação Física.

### Trabalho, Capital E Educação

Saviani (2007) compreende o trabalho como a essência do ser humano, pois é a partir do trabalho que Marx procura explicar as transformações sociais, econômicas e políticas na sociedade. Nesse viés, o trabalho pode ser conceituado como uma “[...] condição universal de metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 1983, p. 153).

Conforme Saviani (2007) as relações estabelecidas entre o ser humano e a natureza, com o passar do tempo foram se modificando. O ser humano passou a valorizar seu produto, surgiu a propriedade privada e a relação entre a produção e o consumo assumiu uma nova forma, o valor de troca, que ainda caracteriza a sociedade até os dias de hoje. Neste panorama que começou a existir a hierarquia social das classes, o aristocrata (proprietária da terra) e o escravo (privado da liberdade, pertence ao aristocrata). Esta divisão culmina na separação entre a educação e o trabalho, pois o trato com o conhecimento se dá de forma diferenciada entre as classes sociais, ocasionado o surgimento da escola, lugar de ócio, tempo livre. Assim, o surgimento das classes contribui para divisão do trabalho. Na Idade Média, a educação passa a ser influenciada fortemente pela Igreja Católica. No sistema capitalista, o Estado passa a exercer influência nos processos educativos e caracteriza-se pela separação entre escola e produção, que culminou na separação entre trabalho manual e intelectual, no qual a escola se basearia mais em seu âmbito intelectual. Assim, a sociedade capitalista acaba por consolidar uma sistematização dessa fragmentação entre o trabalho e a educação (SAVIANI, 2007).

A escola sempre acompanhou os fatos históricos, pois sempre esteve contribuindo com o regime social, a serviço das classes dominantes e de seus interesses, isto possibilitava a permanência da escola. No entanto, esta intencionalidade era ocultada, pois seus interesses privilegiavam poucos e subordinavam muitos (PISTRAK, 2011). Percebe-se que a educação está subordinada a essas relações, por isso, a necessidade de compreendê-las.

A composição da Educação Física nos séculos XVIII e XIX recebeu influência do sistema militar e da medicina. Neste período, o corpo era utilizado essencialmente nas pesquisas das ciências biológicas. No final do século XIX, o esporte começa sua ascensão no contexto mundial. Até então, o conteúdo prioritário da Educação Física era a ginástica. O esporte passou a ganhar uma dimensão social e política. O corpo é uma máquina funcional e a produção de conhecimento continua sendo estritamente oriundo das ciências naturais (BRACHT, 1999). Nota-se que a Educação Física tem relação direta com a ascensão do modelo capitalista no século XIX. A Educação Física passou ser um instrumento utilizado como legitimação e manutenção do sistema vigente e contribui para produção e reprodução da força de trabalho.

A Educação Física também se faz presente neste contexto histórico e social, tornou-se um instrumento do capital para “disciplinar” e “domesticar” os trabalhadores, sendo necessário investir num “corpo” com intuito de discipliná-lo para legitimar o sistema de sociedade capitalista. É somente a partir da década de 80, que a Educação Física começou a ser pensada sobre outra perspectiva, iniciou-se um movimento de

críticas em relação ao modelo esportivista, e ao defrontar com as escolas, após 30 anos, ainda se percebe o predomínio deste modelo. Foi neste período que surgiram propostas pedagógicas para romper com este modelo hegemônico de Educação Física. Bracht (1999) denomina este período como um movimento de renovação da Educação Física brasileira.

Frizzo (2013) salienta que apesar das discussões à cerca das teorias pedagógicas no período exposto anteriormente, ainda é necessário um aprofundamento teórico sobre o trabalho pedagógico da Educação Física no contexto escolar. Este debate ainda se encontra entre “o não mais e ainda não” (GONZÁLES; FENSTERSEIFER, 2009), tem-se a crítica a Educação Física militarista, esportivista, mas ainda se encontra dificuldades de concretizar uma proposta de Educação Física baseada na formação de sujeitos críticos e autônomos.

Para Frigotto (2003) e Mészáros (2011) a sociedade capitalista passa por constantes crises, denominada pelos autores de crise estrutural. Segundo Mészáros (2011) a cada crise que este sistema passa, ocasiona profundas transformações no mundo do trabalho em âmbito mundial. O capital quando chega a sua saturação, necessita imbricar diretamente consequências para a classe trabalhadora com intuito de retornar a taxa de lucro. O sistema capitalista não consegue separar “avanço” da “destruição”, assim como “progresso” de “desperdício”. Por isso, o sistema capitalista entra em constante contradição (MÉSZÁROS, 2011).

Marx (2013, p. 41) explana que: “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”. Nessa lógica, o trabalho também se torna fetiche de mercadoria, no qual o trabalho e os trabalhadores tornam-se coisas e a mercadoria se personifica (MARX, 2013). Percebe-se a partir desta relação que o produto assume importância, sendo o ser humano apenas o objeto que produz. Para o sistema capitalista, há uma inversão de valores, pois é o ser humano que deveria ser valorizado nesse processo e não a mercadoria. Nesse sentido, Taffarel (2010) explica que o ser humano passa a ser objeto da história e não mais sujeito ativo, à medida que este é alienado as demandas do capital (o trabalhador é alienado de seu trabalho e de si mesmo). Para Marx (2013, p. 5) “[...] o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (e que), não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, é seu social, inversamente, que determina sua consciência”.

Assim, torna-se possível identificar o papel da mercadoria na contradição entre capital e trabalho. Deste modo, a força de trabalho constitui-se como uma mercadoria subordinada as demandas do capital. O crescimento financeiro é sustentado através da exploração do trabalho vivo e assume um caráter de organização dinâmico e tecnológico, à medida que se apropria da tecnologia para a produção de mais-valia. Marx já apontava que não teria como existir um crescimento equilibrado, em virtude da superacumulação. Nesse sentido, a classe trabalhadora está sujeita as ordens dos meios de produção, isso incide na educação.

Saviani (1994) compreende a relação de trabalho e educação afirmando que “[...] é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (p. 22). Tanto o trabalho e a educação são elementos centrais que caracterizam o ser humano, diferenciando assim, dos demais seres vivos.

É neste sentido que Saviani (1994) considera o trabalho como um princípio educativo, evidenciando que a educação não deve ser concebida como fator que aliena, e sim possibilitar o entendimento de trabalho como um processo de humanização, buscando-se as formas mais adequadas para este processo. Nesse sentido, para ocorrer a emancipação humana é necessário conhecer o saber historicamente produzido pela sociedade, possibilitando a divulgação deste conhecimento, cabendo a escola desempenhar esta função, sendo que todo o processo deve objetivar a transformação da sociedade.

De acordo com Frigotto (2015) a educação é compreendida como uma prática social contraditória, que é definida a partir das relações sociais de produção da existência, estabelecidas entre as classes sociais. A educação na escola é objeto de interesses antagônicos, “[...] Sua especificidade consiste, exatamente, na articulação do saber produzido, elaborado, sistematizado e historicamente acumulado, com os interesses da classe” (p. 44).

A educação não se constitui numa instância social isolada, ela está a serviço do capital e representa um fator que se relaciona com a estrutura econômica e social da sociedade capitalista. A partir desta contextualização, procurou-se estabelecer a relação entre trabalho e educação e a mediação das políticas educacionais no campo de conhecimento da Educação Física.

## A Educação Física E As Políticas Educacionais

As políticas educacionais são influenciadas pelo neoliberalismo que adota medidas que auxiliam na manutenção do modo de produção capitalista. Para Gentili (2010) o neoliberalismo coloca como expressão histórica dominante responsabilizar-se pela garantia do sistema capitalista.

De acordo com Pereira (2015) para compreender as implicações do mundo do trabalho nas políticas educacionais é necessário entender o papel do Estado, enquanto instituição que se organiza a partir do sistema capitalista, interferindo em todas as áreas sociais, inclusive a educação. Segundo Cury (1989) o Estado não é simplesmente uma organização burocrática de poder, e sim uma estrutura reguladora do modo de produção capitalista. O autor compreende todos os espaços sociais como políticos, que podem ser contraditórios, das relações de dominação. “O Estado capitalista, ágil e eficaz, redefine sua dominação no sentido de uma hegemonia social, buscando um pacto político com as classes subalternas” (p. 56).

Para Torres (2010) o Estado retrata como imagem de poder e força na sociedade. O exercício do poder ocorre através de atos de força e coerção sobre a esfera social, que pode ser atrelado a interesses específicos. Sendo assim, o exercício do poder pode refletir um projeto político que caminha de encontro aos interesses de classe (econômicos, sociais, culturais, morais, éticos). Ao mesmo tempo, o Estado é um espaço de confrontação de projetos políticos, pois por mais que parta de um projeto de dominação reflete também as tensões, contradições, (des) acordos presentes na sociedade. Percebe-se assim, o Estado como um mediador das crises do capitalismo.

A política neoliberal caracteriza-se por objetivar a mínima intervenção do Estado na economia com intuito de proporcionar maior liberdade para os mecanismos de mercado. Para Gentili (2010) o neoliberalismo é uma saída política, econômica, jurídica e cultural para a crise do capitalismo no final dos anos 60 e início dos anos 70, em virtude do esgotamento do regime fordista.

Segundo Silva (1999) as propostas das políticas neoliberais não tratam somente de privatizar o ensino público e sim fazer a educação funcionar equivalente a um mercado. Assim, a escola passa a ter como referência a competitividade e o lucro. Conforme o autor, entender as implicações da política neoliberal no Brasil para a educação é um processo que não está isolada da esfera mundial. “[...] O que estamos vivenciando é um processo amplo de redefinição global das esferas social, política e pessoal [...]” (p. 13).

Pode-se perceber que a educação se constitui como um campo de disputa hegemônica, “[...] essa disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de

classe” (Frigotto, 2003, p. 25). Portanto, as políticas educacionais representam os interesses do sistema capitalista. Isso pode ser visualizado, segundo Pereira (2015) na organização administrativa das instituições de educação, no currículo – que fazem da educação um elemento de distribuição de renda e de desigualdades sociais. A sociedade precisa ter uma compreensão crítica das políticas educacionais liberais para não ser instrumento subordinado ao capital. “O conceito de mercado para o neoliberalismo é o eixo das relações sociais e, portanto, o motor de organização social” (BIANCHETTI, 2001, p. 87).

Esta lógica do mercado pode ser visualizada, por exemplo, a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, as escolas de baixo índice acabam recebendo menos recursos financeiros do que comparados a escola de alto IDEB. O mesmo ocorre com o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, na educação de nível superior. Para Frizzo (2012) “[...] o MEC vincula o repasse de recursos para a Educação Básica à acordos de compromisso da gestão municipal ou estadual com determinadas metas de melhoria dos seus indicadores” (p. 177).

Para Bianchetti (2011) o interesse empresarial em melhorar as condições de produção levará as empresas a destinar recursos em investigação, garantindo o nível competitivo do desenvolvimento tecnológico em relação aos países mais avançados. O mesmo autor salienta que as universidades seriam as instituições favorecidas por esta política e os estudantes poderiam pagar seus estudos mediante convênios com as empresas privadas interessadas em criar estes profissionais.

Nesse viés, identifica-se que não é apenas a escola de nível básico que está subordinada as demandas da política neoliberal, mas de modo geral a educação como um todo. De acordo com Taffarel (1998, p. 13) a política neoliberal impõe ao estado “[...] medidas privatistas e a retirada de direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora [...]”. A perda dos direitos sociais é denominada pela autora de “assalto às consciências e do amoldamento subjetivo”, que também repercutem na educação de nível superior. “As consequências são a destruição do patrimônio público, dos serviços públicos e a desresponsabilização do estado para com as políticas sociais” (TAFFAREL, 1998, p. 14).

Na década de 90, no Brasil, ocorreram vários reajustes estruturais e políticos oriundos da reestruturação do capital na educação, a partir da interferência do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Estes agentes externos são mediadores dos processos educativos e repercutem na educação no Brasil (TAFFAREL, 2010). A reestruturação da Lei de Diretrizes e Bases da

Educação (LDB – Lei 9394/96) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) foram influenciados pelas políticas neoliberais (TAFFAREL, 2010).

Isso significa que a educação é um fator importante de controle capitalista. Segundo Frigotto (2015) a teoria do capital humano compreende a educação como “[...] o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Neste sentido é um investimento como qualquer outro” (p. 51).

Uma das contradições do capital em relação a educação diz respeito ao novo perfil profissional devido a modernização tecnológica. Exige-se um trabalhador que tenha um conhecimento mínimo, diferente da época taylorista, nesse sentido, o capital vive seu impasse de que os sistemas educativos acompanhem essa evolução, apenas no sentido de transmitir o conhecimento técnico e não de transformar. Nas palavras de Freitas (2014, p. 1091): “Tudo a favor do aumento do acesso ao conhecimento (ainda que não só isso) das camadas populares, mas nada a favor da concepção de sociedade, escola e de formação humana que orienta este esforço dos reformadores”. Torna-se necessário reorganizar a educação padronizando e liberando mais conhecimento sem, no entanto, modificar o domínio político e ideológico.

A relação entre trabalho e educação, nos leva à necessidade de compreender as políticas educacionais na Educação Física e o seu papel como mediadora nessa relação. Com as crises do capitalismo, dentre elas o neoliberalismo, surgiu a necessidade de uma nova forma de exploração e alienação do ser humano para garantir a continuidade do sistema, conseqüentemente um novo perfil de trabalhador. Essas alterações repercutem diretamente na educação e nos cursos de formação inicial, apresentando as políticas educacionais com um papel expressivo neste processo.

A partir da década de 1980 ocorre uma expansão da área de atuação da Educação Física, que até o momento era basicamente escolar, passa a ocupar ambientes não-formais: academias, clubes, hospitais. Esse novo espaço de atuação acaba por repercutir na formação inicial em Educação Física com a formalização do campo de atuação, no qual a Educação Física se caracteriza por um novo reordenamento do mundo do trabalho. Na atualidade, ainda se vivencia as disputas, contradições sobre o processo de formação, a legalidade da profissão sob o viés do licenciado e do bacharel.

A necessidade de mais-valia, repercute na transformação no mundo do trabalho, constituindo um novo perfil profissional para atuação em diversos espaços para a Educação Física o que gera a necessidade de reestruturar os cursos de formação, sob a ótica do capitalismo. Segundo Nozaki (2004) a regulamentação



das profissões acontece na esfera jurídica. Essa necessidade surgiu do modo de produção, por isso, muitas vezes a lei não representa uma conquista dos trabalhadores, pois são impostas pelas políticas neoliberais com intuito de mediar as demandas do capital. O conhecimento segundo Catani, Oliveira e Dourado (2001, p. 70) é uma “mercadoria-chave no estabelecimento de vantagem competitiva e, por isso, vem sofrendo processos mais acentuados de subordinação ao capital”.

A Educação Física frente à reestruturação do capitalismo, passou a contribuir com o novo modelo de produção capitalista. Para atender as demandas do mercado de trabalho ocorreu a dicotomia entre Licenciatura e Bacharelado, ocasionando a fragmentação de conhecimento na área. De acordo com Nozaki (2004) e Both (2009) a Educação Física se reestrutura quando é criado o CONFEF (com base na Lei 9696/98 que regulamenta a profissão) e quando se separa a formação em licenciado e bacharel (Resolução 07/2004).

Outra implicação destas políticas educacionais refere-se a exigência de registro para atuação na Educação Física por parte do sistema CONFEF/CREF. Este sistema conservador vem exigindo o registro dos profissionais da Educação Física para sua atuação no mercado de trabalho. Para o CONFEF/CREF existe dois campos de atuação na Educação Física, o campo formal (Licenciatura) e o informal (Bacharelado). Lovane et al. (2012) evidencia que independente do campo de atuação, a área é caracterizada por relações trabalhistas informais. O CONFEF/CREF é uma entidade lucrativa e não garante nenhum direito trabalhista e sim, intensifica a precarização do trabalho na Educação Física.

Neste processo, os bacharéis são jogados no mercado de trabalho de forma precária e subcontratada, contribuindo para o modelo toyotista através da “flexibilização, dinamização e pulverização” (BRACHT, 1997). Isso significa que a Educação Física no espaço de atuação informal, como bacharel, sofre diretamente os ataques da precarização do mundo do trabalho. Neste ponto, como declara Nozaki (2004), para um trabalhador da Educação Física, de que vale uma delimitação de um mercado de alta rotatividade, a não ser para o aumento da proletarianização profissional, se este último terá que se ocupar de várias atividades, sem a garantia de que amanhã teria todos seus “empregos” garantidos, uma vez que tal mercado possui um enorme exército de reserva. Essa nova tendência de mercado possibilitou a abertura de um novo campo de conhecimento (academias de ginástica, personal trainer, body system, etc.) para os professores de Educação Física, e trouxe consigo um novo perfil para estes trabalhadores, o perfil de um profissional liberal.

Castel (2010) destaca consequências nefastas da política neoliberal no mundo do trabalho, no contexto europeu, como: ameaça da fratura social, desmontagem do sistema de proteção e aumento da instabilidade do emprego. Observa-se este contexto no Brasil, por exemplo, no campo das Licenciaturas também se evidencia uma precarização do trabalho formal, pois aumentou o contrato temporário e emergencial de professores em relação ao servidor estável. Sendo assim, a Licenciatura (funcionário público) também adentra nas políticas neoliberais.

Frizzo (2008) também relata que a educação está subordinada ao capitalismo, pois o trabalhador para ser valorizado, precisa assumir determinadas habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho, aspectos que estão contemplados diretamente nas políticas para a educação e que perpassam também a formação inicial em Educação Física. Estas competências e habilidades tangem a formação inicial em Educação Física na atualidade, baseada no que propõem a Resolução 07/2004.

Esta Diretriz Curricular em voga, vem atender as necessidades do modo de produção capitalista, pautada nas necessidades imediatas do mercado de trabalho. Apresenta como características a necessidade de: desenvolver competências e habilidades atreladas as demandas do mercado de trabalho, uma concepção de Educação Física como promotora de saúde, fragmentação do conhecimento que culmina na dicotomia Licenciatura e Bacharelado (WELTER, 2017).

A política neoliberal desresponsabiliza o Estado e culpabiliza o sujeito. Neste contexto, o indivíduo é responsável pelo seu sucesso ou fracasso. Se o sujeito trabalha num determinado mercado precário, ou se este está sem emprego, a culpa não recai sobre o capitalismo, e sim no trabalhador, pois este não adquiriu “[...] competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornar competitivo e empregável” (FRIGOTTO, 2011, p. 15). Para a sociedade capitalista, a pobreza, o desemprego são necessários para a concretização do sistema, pois a prioridade é a diminuição de gastos e o aumento de lucro, o que impulsiona é o capital independente de suas consequências sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O modelo capitalista apresentou momentos de desgaste e a solução encontrada para garantir o sistema culmina na exploração dos trabalhadores. A lógica capitalista deve estar sempre associada a produção de mais-valia, ou seja, o modo de produção capitalista só considera trabalho produtivo aquele que produz mais-valia. A Educação se torna um dos principais alvos desta ideologia, podendo ser

observada nos ministérios, nas secretarias com ampla persuasão com a aprovação de políticas, tais como a PEC 241/55, MP 746/16, PEC 287.

Algumas características podem ser visualizadas: ênfase na formação profissionalizante e não na formação ampla; privatização do ensino; parcerias público/privadas, aceleração da aprovação com intuito de melhorar índices quantitativos e não qualitativos. A política neoliberal compreende a educação como uma empresa.

Na Educação Física as políticas neoliberais também estão presentes e influenciam diretamente a formação inicial – dualidade entre Licenciatura e Bacharelado, na precarização do trabalho formal e informal.

## Referências

BIANCHETTI, Roberto Geraldo. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 118.

BOTH, Vilmar José. **Mudanças no mundo do trabalho e suas mediações na Educação Física**. 2009.121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação Física) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

BRACHT, Valter. **Epistemologia da Educação Física**. In Ensaio: Educação Física e Esporte/organizadores Máuri de Carvalho e Adriano Maia. - Vitória, UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 9 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. Política Educacional, mudanças no mundo do Trabalho e reforma curricular dos cursos de Graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, [S.l.], ano XXII, no 75, Agosto/2001. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a06.pdf>>. Acesso 04, jan. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. 4 ed. São Paulo: Autores Associados, 1989.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc., Campinas**, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01085.pdf> >. Acesso 05 mar. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito**. In FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 10 ed. Vozes: Petrópolis, RJ, 2011, p. 25- 54, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio **A produtividade da escola improdutivo: um (re)exame das relações entre**

- educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. Ed. 1 reimpressão. São Paulo: Cortez, 2015, p. 263.
- FRIZZO, Giovanni. O trabalho pedagógico como referência para a pesquisa em educação física. **Pensar a prática**, Góias, v. 11, n. 2, p. 159-167, maio/ago, 2008. Disponível em: < <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/viewFile/3535/4097>>. Acesso nov. 2014.
- FRIZZO, Giovanni. **A Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Física na escola capitalista**. 2012. 264 f. Tese (Doutor em Ciências do Movimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- FRIZZO, Giovanni. Objeto de Estudo da Educação Física: as concepções materialistas e idealistas na produção do conhecimento. **Revista Motrivivência**, Ano XXV, Nº 40, p. 192-206 Jun./2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2013v25n40p192>>.
- GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em Educação**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 215-237.
- GONZÁLES, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo. E. Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensando saídas do não - lugar da EF Escolar I. **Cadernos de Formação RBCE**, v.1, n. 1, 2009. Disponível em: < <http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/929>>. Acesso 14 ago. 2015.
- MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, E. (Org.). **Conceito marxista do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- MARX, Karl. **O Capital: O processo de produção do capital**. Vol. I. 31 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- MÉSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. 2004. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004.
- PEREIRA, Sueli Menezes. Políticas educacionais no movimento das mudanças no mundo do trabalho. Souza, M. S.; RIBAS, J. F. M.; CALHEIROS, V. C. (Org.). **Conhecimento em Educação Física: movimento das mudanças no mundo do trabalho**. Ed. UFSM: Santa Maria, RS, 2015, p. 41-58.
- PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. 3 ed. Trad. Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo: Expressão Popular 2011, 192 p.
- SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 4 ed. Editora Autores Associados: Campinas, SP, 1994.
- SAVIANI, Demerval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf> >. Acesso em: 01 mar. 2016.
- SILVA, T. T. A “nova” direita e as transformações na pedagogia política e na política da pedagogia. FRIGOTTO, G. et al. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 9-29.
- TAFFAREL, Celi Zulke. A Formação Profissional e as Diretrizes Curriculares do Programa Nacional de Graduação: o assalto às consciências e o amoldamento subjetivo. **Revista Da Educação Física/UEM** 9(1):13-23, 1998. Disponível em: < <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3823/2635>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

TAFFAREL, Celi Zulke. Do Trabalho em geral ao Trabalho Pedagógico: contribuição ao debate sobre o trabalho pedagógico na educação física. **Motrivivência**, Ano XXII, Nº 35, P. 18-40 Dez./2010. Disponível:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2010v22n35p18>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

TORRES, C. A. Estado, privatização e política educacional – Elementos para uma crítica do neoliberalismo. GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em Educação**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 103-128.

WELTER, J. **As Diretrizes Curriculares Nacionais na formação inicial em Educação Física: realidade e possibilidades**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2017.